

**FONTE: ACIME – 18 OUTUBRO 2005**

## **Sindicato cria comissão para defender direitos básicos para todos**

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Norte criou recentemente uma comissão que irá procurar sensibilizar o Governo para a necessidade de alterar a lei de modo a facilitar a legalização dos imigrantes.

A comissão, constituída por um francês, uma guineense e quatro brasileiros, irá basear-se num levantamento feito pelo sindicato para defender a necessidade de garantir aos imigrantes os direitos básicos de qualquer cidadão.

Segundo o levantamento efectuado pelo sindicato, apesar de haver no sector da hotelaria e restauração cerca de seis mil imigrantes legalizados há outros dez mil que ainda não conseguiram regularizar a sua situação.

Francisco Figueiredo, presidente do sindicato, salientou as dificuldades que a lei levanta aos que pretendem legalizar a sua permanência em Portugal.

"A lei exige a apresentação de uma série de documentos que os imigrantes só conseguem obter deslocando-se ao seu país de origem - e muitos não têm dinheiro para isso. Exige também a apresentação de contrato de trabalho, mesmo para os que efectuam os descontos fiscais e para a Segurança social", disse.

Para o dirigente sindical, "os descontos deveriam bastar para provar que o imigrante tem emprego em Portugal, porque muitos patrões, com o claro objectivo de os manter em situação de exploração, não lhes renovam os contratos, apesar de os manterem a trabalhar", disse.

A lei actual permite que um português estabeleça uma relação de trabalho sem contrato, mas um imigrante não o pode fazer, uma limitação que, disse Francisco Figueiredo, "tem permitido que muitos estrangeiros continuem sem direitos como férias, subsídios ou abonos de família".

O Governo deveria ainda garantir o acesso dos imigrantes, legais ou ilegais, ao Serviço Nacional de Saúde, desde que efectuem os devidos descontos.

"Temos aqui o caso de um brasileiro nessas condições que teve um problema de saúde grave. Foi tratado sem problemas no hospital, mas quando tentou continuar o processo no centro de saúde foi impedido por não ter o cartão de utente", explicou.

A Comissão Sindical de Hotelaria para a Imigração vai agora procurar reunir-se com os representantes do poder público para sensibilizá-los para tudo o que se relacione com o acesso dos imigrantes aos direitos considerados básicos numa sociedade democrática.

MSP.

Lusa/Fim

A comissão, constituída por um francês, uma guineense e quatro brasileiros, irá basear-se num levantamento feito pelo sindicato para defender a necessidade de garantir aos imigrantes os direitos básicos de qualquer cidadão.

Segundo o levantamento efectuado pelo sindicato, apesar de haver no sector da hotelaria e restauração cerca de seis mil imigrantes legalizados há outros dez mil que ainda não conseguiram regularizar a sua situação.

Francisco Figueiredo, presidente do sindicato, salientou as dificuldades que a lei levanta aos que pretendem legalizar a sua permanência em Portugal.

"A lei exige a apresentação de uma série de documentos que os imigrantes só conseguem obter deslocando-se ao seu país de origem - e muitos não têm dinheiro para isso. Exige também a apresentação de contrato de trabalho, mesmo para os que efectuam os descontos fiscais e para a Segurança social", disse.

Para o dirigente sindical, "os descontos deveriam bastar para provar que o imigrante tem emprego em Portugal, porque muitos patrões, com o claro objectivo de os manter em situação de exploração, não lhes renovam os contratos, apesar de os manterem a trabalhar", disse.

A lei actual permite que um português estabeleça uma relação de trabalho sem contrato, mas um imigrante não o pode fazer, uma limitação que, disse Francisco Figueiredo, "tem permitido que muitos estrangeiros continuem sem direitos como férias, subsídios ou abonos de família".

O Governo deveria ainda garantir o acesso dos imigrantes, legais ou ilegais, ao Serviço Nacional de Saúde, desde que efectuem os devidos descontos.

"Temos aqui o caso de um brasileiro nessas condições que teve um problema de saúde grave. Foi tratado sem problemas no hospital, mas quando tentou continuar o processo no centro de saúde foi impedido por não ter o cartão de utente", explicou.

A Comissão Sindical de Hotelaria para a Imigração vai agora procurar reunir-se com os representantes do poder público para sensibilizá-los para tudo o que se relacione com o acesso dos imigrantes aos direitos considerados básicos numa sociedade democrática.

MSP.  
Lusa